



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO – NÍVEL SUPERIOR

AGENTE DE TRÂNSITO DA CARREIRA POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

INSTRUÇÕES

- Verifique atentamente se este **caderno de questões** corresponde ao cargo a que você concorre e se ele contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e o tema com as orientações para elaboração do texto, correspondente à prova discursiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência quanto ao cargo a que você concorre, solicite ao **chefe de sala** que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na **folha de respostas**, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na **folha de respostas**.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva.
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova, à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da **folha de respostas** e da **folha de texto definitivo**.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida, durante a realização da prova, a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas, nem a utilização de lápis, lapiseira/grafite, borracha, régua de cálculo, máquinas calculadoras e(ou) similares.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Não é permitida a utilização de aparelho eletrônico de comunicação.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Ao terminar a prova, chame o **chefe de sala**, devolva-lhe a sua **folha de respostas** devidamente assinada e sua **folha de texto definitivo** e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação da sua prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto I, para responder às questões de 1 a 5.

1 O corre-corre dos centros urbanos tem transformado a convivência entre homens em uma verdadeira selva de pedras, já que pessoas tentam a todo custo aplicar a lei do mais forte, e isso não é mais “privilégio” das chamadas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras. Tudo por conta das famosas desculpas: 4 “O chefe me dá uma bronca se eu chegar atrasado”; “A culpa é do governo, que não melhora nossas vias, e das autoridades de trânsito, que não fiscalizam”, e por aí vai.

10 Contudo, tal fato tem trazido resultados danosos à sociedade, ou seja, o número das várias formas de violência no trânsito vem aumentando vertiginosamente, e estas se traduzem em acidentes de trânsito com vítimas fatais e não fatais, bem como em discussões que resultam muitas vezes em lesões corporais e até mesmo homicídios.

16 Para se ter uma ideia, no Brasil, até o dia 20 de setembro de 2011, o trânsito já havia feito 75.443 vítimas fatais e deixado a marca de 247.844 pessoas hospitalizadas. 19 São dados gritantes oferecidos pelo **Movimento Chega de Acidentes**, lançado em setembro de 2009, e que demonstram a verdadeira guerra presente no trânsito, onde 22 só há perdedores. Além desses dados, devidamente registrados, existe a chamada “cifra negra”, a resultante daqueles acidentes que nem sequer chegaram ao 25 conhecimento das autoridades e não foram registrados.

Outro fato que não se pode deixar de considerar é que não existem ainda mecanismos eficientes para medir o 28 trauma psicológico que um acidente de trânsito causa, não só naquelas pessoas envolvidas diretamente, mas também em familiares e amigos, pelo sentimento de perda e de 31 impotência.

Com isso, como se não bastasse a perda do maior bem jurídico tutelado e o melhor presente recebido de Deus, 34 que é a vida, existem ainda as perdas econômicas causadas pelos acidentes de trânsito. Ainda segundo o **Movimento Chega de Acidentes**, os gastos decorrentes de acidentes de 37 trânsito estavam na exorbitante cifra de R\$ 66.705.309.199,27. Isso, em virtude da falta de educação e do desrespeito às leis de trânsito.

40 Assim, por causa dessa selvageria no trânsito, o Brasil deixou de aplicar recursos em áreas importantes, como habitação, saúde, educação e segurança. Nesse sentido, 43 para se ter uma noção, com o dinheiro que já foi gasto, ainda segundo o mesmo Movimento, poderiam ser construídas 1.905.918 casas populares, 1.334 hospitais de reabilitação e 46 adquiridas 572.029 ambulâncias. Vale frisar que esses dados são atualizados 24 horas por dia e, certamente, quando você estiver lendo este artigo, os números já serão piores.

49 Face aos dados apresentados no Brasil e em outros países, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu, no ano passado, o período de 2011 a 2020 como a Década 52 Mundial de Ações para a Segurança no Trânsito, tendo como objetivo a redução em até 50% no número de vítimas fatais no trânsito, uma meta que não é só das autoridades, mas de 55 todos os atores do trânsito.

Nesse contexto, para a redução desses tristes dados, é necessária a adoção de ações já previstas no 58 próprio Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em três áreas importantes: Fiscalização, Engenharia e Educação para o Trânsito. Esse tripé é que dá sustentação a um trânsito mais 61 seguro. Porquanto precisa-se de maior rigidez na fiscalização das leis de trânsito; melhor planejamento das vias de tráfego e principalmente trabalho educativo atento para o trânsito de 64 forma transversal no ensino fundamental, médio e até superior, com estímulo nos alunos de valores como respeito, solidariedade, paciência, equilíbrio, compreensão, 67 cooperação e responsabilidade.

Edilson Fernando Cardoso Júnior. Internet: <www.portaldotransito.com.br>. Acesso em 2/1/2012.

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que interpreta corretamente informações do texto.

- (A) A palavra “privilégio” foi equivocadamente utilizada no primeiro parágrafo, pois ela remete a aspectos negativos das metrópoles brasileiras.
- (B) O texto deixa evidente que a responsabilidade pela ocorrência de alto índice de mortes no trânsito é exclusiva dos motoristas.
- (C) A preocupação da ONU com o alto número de vítimas fatais no trânsito certamente foi decisiva na redução da frequência de acidentes de trânsito nas cidades brasileiras até o final de 2011.
- (D) A educação para o trânsito de forma transversal com estímulo de valores humanos é importante fator para a redução do número de vítimas fatais.
- (E) A meta da ONU de redução de 50% do número de vítimas fatais no trânsito compromete principalmente as autoridades.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa em que a reescritura de fragmento do texto preserva o sentido original e a correção gramatical.

- (A) **uma verdadeira selva de pedras, em que pessoas tentam a todo custo aplicar a lei do mais forte** (linhas de 2 a 4)
- (B) **e isso não é mais privilégio das denominadas metrópoles, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras** (linhas de 4 a 6)
- (C) **Todavia, esse fato tem trago resultados inócuos** (linha 10)
- (D) **resultados danosos à esta sociedade, isto é, o número** (linhas 10 e 11)
- (E) **vertiginosamente, e as várias formas de violência no trânsito traduzem-se em acidentes com vítimas fatais** (linhas 12 e 13)

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa em que a reescritura de fragmento do texto está correta, segundo o padrão culto da língua portuguesa, e mantém o sentido original.

- (A) **Tudo em virtude das famigeradas desculpas** (linha 6)
- (B) **ou seja, o número das várias formas de violência no trânsito vêm elevando-se desenfreadamente** (linhas 11 e 12)
- (C) **daqueles acidentes que não chegaram ao conhecimento das autoridades; no entanto, não foram registrados** (linhas 24 e 25)
- (D) **tem ainda as perdas econômicas originadas pelos acidentes de trânsito** (linhas 34 e 35)
- (E) **Portanto, precisa-se de maior rudeza na fiscalização** (linha 61)

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa em que a reescritura de fragmento do texto está correta gramaticalmente e preserva o sentido original.

- (A) **São dados gritantes oferecidos pelo Movimento Chega de Acidentes, lançados em setembro de 2009** (linhas 19 e 20)
- (B) **a verdadeira guerra presente no trânsito, onde somente existe perdedores** (linhas 21 e 22)
- (C) **mas também em familiares e amigos, graças ao sentimento de perda e de impotência** (linhas de 29 a 31)
- (D) **Com isso, como se não bastassem a perda do maior bem jurídico tutelado e o melhor presente recebido de Deus, a vida** (linhas de 32 a 34)
- (E) **Isso, por causa da falta de educação e de desrespeito perante as leis de trânsito** (linhas 38 e 39)

Texto II, para responder à questão 5.

1 O cenário do trânsito atual não é nada animador.
Segundo dados do Denatran, morrem por ano mais de 37 mil
brasileiros vítimas de acidentes. Esse número, porém, pode
4 ser muito maior, pois são contabilizados apenas aqueles que
morrem no local do acidente. Especialistas estimam que o
número chegue a 80 mil brasileiros mortos no trânsito. A dor
7 maior é a das famílias que perdem parentes ou que têm de
conviver com vítimas que ficam com sequelas graves.

Segundo pesquisa da Seguradora Líder,
10 responsável pela administração do consórcio de seguradoras
que operam no Seguro Obrigatório de Veículos Automotores
(DPVAT), nos primeiros seis meses de 2011 foram pagas
13 165.111 indenizações, o equivalente a 1.321 ao dia (útil). Em
valores, os desembolsos alcançaram R\$ 1,1 bilhão. Outro
dado do levantamento indica que a grande maioria das
16 pessoas vitimadas no trânsito ficou de alguma forma inválida:
65% do total.

Para mudar essa realidade ou pelo menos
19 amenizá-la, a sociedade deve ser mobilizada, começando
pelos órgãos que têm responsabilidade direta sobre o trânsito
e estendendo-se para todos os cidadãos. Com base nessa
22 afirmação, criou-se a campanha “Quem faz o trânsito sou
eu”.

O objetivo da campanha é mostrar que é possível
25 mudar a realidade trágica do nosso trânsito: basta olhar para
si mesmo e transformar pequenas atitudes no dia a dia
erradicando comportamentos que levem a situações de risco.

28 A redução geral dos números de acidentes e mortos
no trânsito pode começar com o indivíduo e assim atingir a
sociedade como um todo. Se alguém conseguir evitar um
31 acidente, estará contribuindo — e muito — com o resultado
geral.

Internet: <<http://www.portaldotransito.com.br>>
(com adaptações). Acesso em 2/1/2012.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que interpreta corretamente ideias do texto I e do II.

- (A) Os textos apresentam dados muito contraditórios quanto ao número de vítimas fatais de acidentes de trânsito no Brasil.
- (B) Infere-se do texto I que o número de vítimas de acidentes de trânsito hospitalizadas supera o de vítimas fatais.
- (C) A quantidade de vítimas que morrem no local do acidente é mais que o dobro das socorridas em hospitais.
- (D) Quase a totalidade dos gastos públicos com acidentes de trânsito é decorrente de indenizações.
- (E) Cinquenta por cento dos acidentados nas vias de tráfego intenso morrem no local ou no percurso para os hospitais.

QUESTÃO 6

Não é novidade que, há anos, os aeroportos brasileiros apresentam evidentes sintomas de esgotamento. No início de 2012, o governo brasileiro procedeu ao leilão de privatização de três dos mais importantes aeroportos do país. Eles são os aeroportos

- (A) do Galeão (RJ), de Macapá (AP) e de Confins (MG).
- (B) de Brasília (DF), de Salvador (BA) e de Recife (PE).
- (C) de Manaus (AM), de Guarulhos (SP) e de Porto Alegre (RS).
- (D) de Guarulhos (SP), de Viracopos (Campinas, SP) e de Brasília (DF).
- (E) de Viracopos (Campinas, SP), do Galeão (RJ) e de Maceió (AL).

QUESTÃO 7

A Síria convive, especialmente a partir de fins de 2011, com vigorosas manifestações populares contra o regime político instalado em Damasco. Insistentes notícias dão conta de elevado número de vítimas, incluindo fatais, em virtude da ação truculenta das forças governistas. Moção que condena o governo sírio não chegou a ser aprovada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) porque dois de seus integrantes, a Rússia e a China, fizeram uso da prerrogativa que apenas os cinco Estados permanentes do Conselho possuem, que é o direito a

- (A) voto.
- (B) voz.
- (C) veto.
- (D) abstenção.
- (E) consulta.

QUESTÃO 8

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) subordinou-se, entre outros, ao objetivo de

- (A) promover o desenvolvimento econômico da porção do território goiano que não se integrou ao estado de Tocantins, criado pela Constituição de 1988.
- (B) fazer do Governo Federal o principal responsável pela geração de empregos nos municípios goianos e mineiros limítrofes ao Distrito Federal.
- (C) assegurar que o trabalho de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição ambiental seja arcado integralmente pelos municípios integrantes da RIDE.
- (D) transferir à União a responsabilidade direta pela operação do sistema de transporte público da região, incluindo a fixação das tarifas a serem pagas pelos usuários.
- (E) articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.

QUESTÃO 9

O direito fundamental à nacionalidade é basilar para a definição de cidadão de um Estado. No caso brasileiro, a Constituição Federal elenca dispositivos a respeito do tema. Assinale a alternativa correta acerca desse assunto.

- (A) Entre outros requisitos, para a caracterização de brasileiro nato, é adotado o critério do *jus soli* (direito do solo) a uma criança, nascida no Brasil, de pais estrangeiros, não estando estes a serviço de seu país. Já o critério *jus sanguinis* (direito do sangue) é aplicado ao filho nascido no exterior, de mãe ou pai brasileiro, desde que qualquer um deles esteja a serviço do Brasil.
- (B) Representando restrições ao direito de cidadania, sendo, pois, exceções ao sistema de direitos fundamentais, os casos previstos de cargos privativos de brasileiros natos restringem-se a seus titulares, não albergando os seus substitutos eventuais.
- (C) O asilo político, como meio de proteção ao indivíduo pelo Estado brasileiro, em face de pessoa refugiada por motivo de perseguição e violência de natureza política, possui o que se denomina de cláusula de barreira à extradição do asilado.
- (D) Após a recente emenda constitucional que estabeleceu a reforma do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal deixou de ter algumas competências, entre elas, o exame da legalidade das extradições, que passou a ser da alçada do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) A expressão **a serviço do Brasil**, para caracterização dos brasileiros natos, significa não só a atividade diplomática, mas, além dessa, o serviço prestado a qualquer organização internacional de que a República Federativa do Brasil faça parte, desde que o agente tenha sido designado pelos órgãos do governo brasileiro.

QUESTÃO 10

Tão importantes quanto os direitos fundamentais, são as garantias oferecidas pela Constituição ao exercício desses direitos. Nesse sentido, a Constituição Federal arrola direitos e garantias fundamentais. Acerca das garantias quanto à prisão, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão em flagrante, como meio de garantia da colheita da prova e da interceptação do agente delituoso, é extremamente regrada quanto a seus requisitos; porém, os tribunais brasileiros têm aceito as prisões decorrentes de flagrantes provocados e esperados.
- (B) Os agentes diplomáticos e consulares, por legislação específica, bem como os membros de suas famílias, não podem ter a prisão em flagrante decretada.
- (C) A prisão preventiva, para o fim de tutelar a ordem pública, precisa descrever, fundamentadamente, o clamor público ensejador ao reestabelecimento da ordem social abalada pela gravidade do fato, sob pena de nulidade.
- (D) O denominado **direito de mentir** abarca até mesmo a impossibilidade de se caracterizar a criminalidade da falsa negativa de reconhecimento pelo acusado de suas próprias assinaturas.
- (E) É garantia fundamental a observância imprescindível, nas prisões preventivas, do prazo de oitenta e um dias, decorrente da somatória dos prazos para o estabelecimento do encerramento da ação penal; todavia, tal cômputo dá-se somente até o final da instrução criminal.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa correta em relação à ordem social posta na Constituição Federal.

- (A) O princípio da solidariedade atinge diretamente a assistência social, não se aplicando, portanto, à previdência social, ao menos após as reformas constitucionais previdenciárias, que primaram pelo equilíbrio atuarial do sistema previdenciário.
- (B) Ao direito ao acesso às ações e aos serviços de saúde, conforme a situação econômica do doente e de sua família, podem ser impostos limites materiais, decorrentes da reserva do financeiramente possível, desde que comprovado pelo ente público, como forma de garantia do tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica.
- (C) Por disposição constitucional expressa, a liberdade de informação jornalística é plena e imune a limitações.
- (D) A legislação previdenciária brasileira não acompanhou a revolução do conceito constitucional das relações familiares, senão após sucessivas decisões judiciais, sobretudo do Supremo Tribunal Federal.
- (E) A Constituição Federal vigente, ao tratar do meio ambiente, reconhece a existência da dupla dimensão, ou dupla natureza, o que significa reconhecer ao Estado bem como à comunidade em geral o dever de garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana.

QUESTÃO 12

Acerca da ordem social, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), intérprete maior da Constituição Federal, assinale a alternativa correta, trazida pela doutrina.

- (A) Dada a característica de aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, têm os viúvos, decorrente exclusivamente da previsão constitucional, direito à extensão da pensão em face do falecimento da esposa/companheira.
- (B) A imunidade tributária que alberga os livros e publicações análogas deve ser interpretada harmonicamente com a Constituição, com seus propósitos, não cabendo o referido favor fiscal a álbuns de figurinhas.
- (C) É requisito indispensável para obtenção de medicamento do Sistema Único de Saúde, além da comprovação da doença, a prescrição formulada por médico que seja do referido Sistema.
- (D) Ao julgar inconstitucional a exigência de diploma de jornalista para o exercício da atividade, o STF, reconhecendo a função do poder de polícia administrativa, bem como a necessidade de interpretação conforme da Constituição, julgou não ferir a liberdade de imprensa a existência de conselho profissional específico para a realização daquela função estatal.
- (E) Em face do dispositivo constitucional da proteção à família, nega o STF a pretensão do Estado de que os candidatos lotados inicialmente em face de concurso público não tenham direito à subsequente remoção para acompanhar cônjuge/companheiro(a).

QUESTÃO 13

A respeito dos fundamentos da organização dos poderes e do Distrito Federal (DF) previstos na Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Um dos valores fundamentais do DF é assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e da legitimidade dos atos do poder público e da eficácia dos serviços públicos.
- (B) Um dos objetivos prioritários do DF é dar primazia ao atendimento das demandas da sociedade na área de transporte.
- (C) O exercício do direito de petição ou representação é assegurado, desde que haja pagamento de taxa correspondente.
- (D) O pluralismo político e o atendimento prioritário da demanda da sociedade na área de educação são valores fundamentais do DF.
- (E) A valorização e o desenvolvimento da cultura local, apesar de ser uma preocupação de qualquer governo, não se encontra entre os objetivos prioritários do DF.

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), ao servidor público autárquico fica assegurado(a)

- (A) a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na atividade privada.
- (B) a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do período em que estiver de licença sem vencimentos ou remuneração para cuidar de assuntos particulares.
- (C) a contagem em dobro do período noturno trabalhado.
- (D) o recebimento de adicional de dois por cento por ano de serviço público efetivo.
- (E) a concessão de bolsas de estudo no exterior para cursar pós-graduação, mesmo antes de ser estável.

QUESTÃO 15

Em relação à organização do Distrito Federal (DF) prevista na Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

- (A) O DF organiza-se em regiões administrativas, a fim de manter a centralização administrativa do poder.
- (B) Cabe exclusivamente ao governador do DF dispor sobre a participação popular no processo de escolha do administrador regional.
- (C) A criação de regiões administrativas fica a cargo unicamente do governador do DF.
- (D) A organização do DF em regiões administrativas visa, entre outros, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida.
- (E) Cada região administrativa terá um conselho de representantes, que serão escolhidos dentro do serviço público.

QUESTÃO 16

Praticado um crime ou uma contravenção penal, nasce automaticamente a punibilidade, compreendida como a possibilidade jurídica de o Estado impor uma sanção penal ao responsável pela infração penal. Podem ocorrer, todavia, causas que obstem a aplicação das sanções penais pela renúncia do Estado em punir o autor do delito. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma causa de extinção da punibilidade prevista no atual Código Penal Brasileiro.

- (A) No crime de estupro, o casamento da vítima com terceiro.
- (B) Ausência de prejuízo da vítima no crime de furto.
- (C) O casamento do agente com a vítima do crime de estupro.
- (D) O perdão judicial aceito pelo réu.
- (E) A renúncia do direito de queixa nos crimes de ação privada.

QUESTÃO 17

Quanto aos crimes de abuso de autoridade previstos na Lei n.º 4.898/1965, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática do crime sujeitará o autor à sanção administrativa e à penal, apenas.
- (B) Os crimes podem ser praticados sob a forma culposa.
- (C) Têm pena máxima cominada de seis meses de detenção.
- (D) São crimes apuráveis mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (E) De acordo com a Lei, constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao direito de greve.

QUESTÃO 18

No tocante aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa que apresenta crime praticado exclusivamente por funcionário público, ou crime próprio.

- (A) usurpação de função pública
- (B) desacato
- (C) tráfico de influência
- (D) alteração não autorizada de sistema de informações
- (E) contrabando ou descaminho

QUESTÃO 19

Otávio e Mauro, integrantes de um grupo de policiais militares que participavam de uma *batida* no Eixo Monumental, ao abordarem um automóvel que era conduzido por Jair, o qual estava acompanhado de Aldo, descobrem tratar-se de criminosos foragidos, razão pela qual impõem o pagamento de vantagem indevida aos abordados, intimando-os a trazer-lhes determinado valor em dinheiro, sob ameaça de providências policiais que seriam tomadas em face do não atendimento da ordem, particularmente a providência de conduzir à prisão uma das vítimas. Nessa situação hipotética, Otávio e Mauro teriam praticado o delito de

- (A) prevaricação.
- (B) concussão.
- (C) corrupção ativa.
- (D) excesso de exação.
- (E) corrupção passiva.

QUESTÃO 20

O inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade policial, orientada pela conveniência e pela oportunidade, poderá atender ou não aos requerimentos apresentados pelo indiciado ou pela própria vítima durante o inquérito policial.
- (B) Por ser peça de natureza administrativa, inquisitiva e preliminar à ação penal, não é permitido ao defensor do indiciado, pessoalmente, ter acesso aos autos de inquérito policial que tramite sob sigilo de justiça.
- (C) Concluindo pela inviabilidade do prosseguimento da colheita de provas, poderá a autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito.
- (D) Na investigação penal, a presidência do inquérito não se traduz em atribuição exclusiva da autoridade policial, cabendo igualmente exercê-la o Ministério Público.
- (E) Nos crimes de ação privada, o inquérito policial será iniciado mediante requerimento de quem tenha qualidade para intentar a ação respectiva, ou de ofício pela autoridade policial.

QUESTÃO 21

Bonaparte, funcionário público no Distrito Federal, foi denunciado e condenado pela prática do delito de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal. Considerando que o agente do crime é funcionário público e com base nas regras processuais relativas aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Na instrução criminal relativa aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, será adotado o rito especial.
- (B) Nos termos da lei processual, a notificação preliminar feita ao funcionário público supre a obrigatoriedade de sua citação, caso seja recebida a denúncia.
- (C) A defesa preliminar não afasta a necessidade de instauração de inquérito policial antes de se ingressar com a ação penal.
- (D) O direito de resposta prévia ao recebimento da denúncia não se aplica a essa hipótese.
- (E) Dispensa-se a fundamentação do magistrado quando da rejeição da denúncia, mas não quanto ao seu recebimento.

QUESTÃO 22

Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de testemunhas da infração impedirá a realização do auto de prisão em flagrante.
- (B) Constatado que o agente praticou o fato delituoso em legítima defesa, o juiz poderá conceder-lhe, mediante fiança, liberdade provisória.
- (C) Não estando o agente em situação de flagrância, deverá o juiz, ao receber o auto de prisão, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva.
- (D) Nos termos da Lei n.º 9.099/1995, não se admite prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (E) Permite-se a invasão do domicílio onde se encontra o agente, mesmo que seja durante a noite e sem a expedição de mandado pela autoridade competente.

QUESTÃO 23

Joana foi denunciada pelo barulho produzido no edifício onde reside, decorrente de instrumentos sonoros e algazarra dos convidados das festas que ela realizava todos os sábados à noite em seu apartamento, conforme depoimento dos moradores dos quarenta apartamentos do prédio. Considerando que essa situação descreve a ocorrência de contravenção relativa à perturbação do trabalho ou do sossego alheio, e com base nas regras dispostas na Lei n.º 9.099/1995, que tratam do Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência legal do Juizado é fixada pela pena máxima cominada tanto para as contravenções penais como para os crimes, a qual não pode ser superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- (B) O benefício da suspensão condicional do processo pode ser revogado após o período de prova, desde que os fatos que ensejaram a revogação tenham ocorrido antes do término desse período.
- (C) Não comparecendo a autora do fato à audiência preliminar, marca-se nova data, providenciando-se sua intimação na forma da lei; faltando as vítimas, o processo será arquivado.
- (D) A citação da ré, para que possa exercer o direito de defesa no Juizado, far-se-á pessoalmente no próprio Juizado, por mandado ou, ainda, por edital, caso não seja encontrada para ser citada.
- (E) Havendo necessidade de intimação de algum morador em comarca distinta daquela em que tramita o processo, o ato será necessariamente realizado por meio da expedição de carta precatória.

QUESTÃO 24

A administração pública, nas palavras de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, corresponde “às atividades preponderantemente executórias, definidas por lei como funções do Estado, gerindo recursos para a realização de objetivos voltados à satisfação de interesses especificamente definidos como públicos”. Dentro desse entendimento, em relação à classificação e à organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No cenário do Estado Democrático de Direito, tem-se como consequência o reconhecimento da supremacia dos direitos fundamentais sobre quaisquer prerrogativas deferidas aos entes públicos.
- (B) As funções desempenhadas pelos agentes públicos podem ser divididas em extroversas e introversas, entendidas as funções extroversas como as voltadas às atividades finalísticas do Estado, e as introversas, como as necessárias à sua manutenção e ao seu funcionamento. Nesse sentido, as atividades de polícia administrativa são enquadradas como funções introversas da administração pública, a fim de que o Estado possa manter o equilíbrio de satisfação dos interesses sociais para a convivência social; para tanto, valendo-se de limitações e conficionamentos ao exercício das liberdades e dos direitos individuais.
- (C) As autarquias, em ampla difusão no ordenamento brasileiro vigente, vêm progressivamente sendo mais aceitas politicamente como instrumento de descentralização, com base no modelo preconizado pela Reforma Administrativa perpetrada pelo decreto-lei n.º 200/1967, com suas atualizações posteriores.
- (D) Na evolução da administração pública, têm-se, no âmbito da administração indireta, reconhecidas pela legislação, pessoas de direito privado, como entidades paraestatais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos, além de outros agentes de colaboração estatal.
- (E) Os poderes administrativos constitucionais atribuídos à União são os explicitados no próprio texto constitucional, desdobrando-se em privativos e comuns.

QUESTÃO 25

Diogo de Figueiredo Moreira Neto define poder de polícia administrativa como o meio pelo qual o Estado aplica restrições e condicionamentos, impostos por lei, ao exercício das liberdades e dos direitos fundamentais, a fim de assegurar uma convivência social harmônica e produtiva. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) As licenças vêm previstas em norma legal, cabendo ao Administrador a apreciação, fundamentadamente, do juízo discricionário para o caso concreto.
- (B) A fiscalização é uma atividade de polícia administrativa que somente pode ser exercida pelo poder público, mas pode ser deflagrada tanto de ofício como por qualquer pessoa, desde que, neste último caso, demonstre-se interesse no cumprimento da ordem de polícia ou na manutenção das condições que tornaram possível o assentimento de polícia.
- (C) Enquanto a atividade de fiscalização é exclusivamente preventiva, a atividade sancionatória decorrente do poder de polícia administrativa tem dupla função; quais sejam, a preparação da repressão das infrações pela constatação formal dos atos infratores e a consequente submissão coercitiva do infrator às medidas impostas pela administração pública.
- (D) O poder de polícia administrativa aplicado ao campo da segurança desdobra-se na manutenção da ordem social e da ordem jurídica. Enquanto a ordem social visa garantir a integridade do próprio Estado e de suas instituições, a ordem jurídica tem por objeto garantir a incolumidade das pessoas e dos bens.
- (E) O setor da polícia de costumes, visando à manutenção do próprio tecido social, desdobra-se em sanções específicas, delas fazendo parte as correntemente aplicadas de censura, de interdição de locais, de cassação de licença e de vigilância, cabendo, de regra, ao município a competência de legislar e executar os referidos institutos.

QUESTÃO 26

O controle da administração pública, como forma de aferição da conformidade do aparelhamento estatal às normas expressas tanto na Constituição Federal quanto nas estabelecidas por autoridades administrativas, pode ser entendido do ponto de vista político e jurídico. Acerca da função do controle da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle administrativo volta-se à legalidade, cabendo ao controle político ocupar-se com a legitimidade.
- (B) O controle parlamentar visa, precipuamente, ao aspecto repressivo, podendo-se citar como exemplos o julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e a sustação dos atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar, ambos exercidos pelo Congresso Nacional.
- (C) Importante forma do controle administrativo é a realizada pelo processo administrativo próprio, que, conforme a eficácia de seu resultado, pode-se dividir em ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos.
- (D) A administração pública, na sua atuação formal reconhecida de julgamento do contencioso administrativo, deve pautar-se pelos dispositivos constitucionais e legais no âmbito do seu processo administrativo litigioso; todavia, o estabelecimento definitivo das decisões não faz parte dos atributos desse processo, cabendo essa prerrogativa tão somente às decisões emanadas do Poder Judiciário.
- (E) As atividades fundamentais de fiscalização e de correção da ilegalidade contábil e financeira competem ordinariamente ao controle externo.

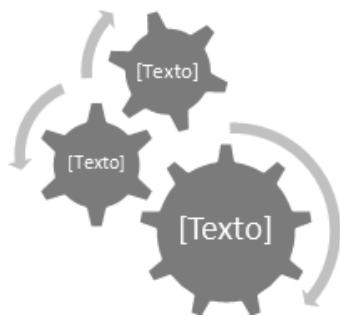
QUESTÃO 27

Aos servidores do Distrito Federal, enquanto não editada lei específica, fez-se, a partir de 1992, uma opção legislativa de aplicação do regime jurídico dos servidores públicos federais até então vigente. Acerca das particularidades do regime jurídico estatutário atualmente aplicável aos servidores do Distrito Federal em consonância com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Estão albergados pelo referido regime os servidores da administração direta, autárquica, fundacional e paraestatal, esta restrita às entidades prestadoras de serviços públicos cujo monopólio seja exercido pelo Governo do Distrito Federal.
- (B) O prazo para posse será de trinta dias, improrrogável, contado do ato de provimento, salvo se o nomeado já for servidor distrital efetivo, hipótese na qual o prazo começará a contar do término do impedimento.
- (C) São os seguintes os requisitos exaustivos para a posse até o disciplinamento próprio que a lei complementar específica poderá conferir: a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
- (D) É de dois anos o prazo para aquisição da estabilidade, o qual é contado como de efetivo exercício, nos termos da lei de regência.
- (E) Não há vedação específica para que a posse seja possível mediante instrumento público de mandato.

Nas questões de 28 a 30, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o mouse está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e hardware utilizados.

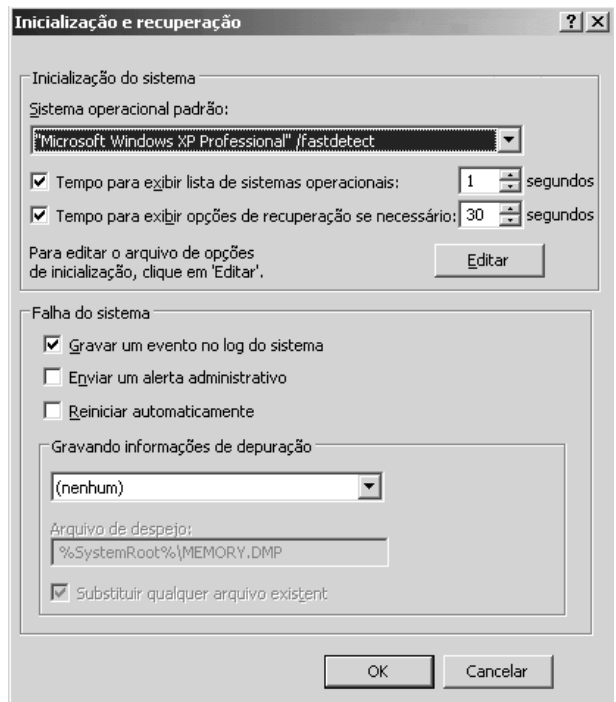
QUESTÃO 28



A figura ilustra um elemento gráfico do Microsoft Office Word 2007, versão em português, e está localizado no grupo Ilustrações da guia Inserir. Qual o nome desse elemento gráfico?

- (A) WordArt
- (B) Clip-art
- (C) SmartArt
- (D) Símbolo
- (E) Layout

QUESTÃO 29



Em um computador *Dual Boot* com Windows Vista, 2000 e XP, a seleção do sistema operacional padrão pode ser feita por meio da janela de Inicialização e recuperação do Windows Vista, conforme a figura. Assinale a alternativa que corresponde à sequência correta de ações para se chegar a essa janela, a partir do botão **Iniciar**.

- (A) Clicar o botão direito do mouse em Meu Computador; em seguida, selecionar Organizar e Boot Mestre.
- (B) Clicar o botão direito do mouse em Meu Computador; em seguida, selecionar Propriedades e Avançado.
- (C) Clicar Painel de Controle e, em seguida, Boot.
- (D) Clicar Meu Computador; em seguida, selecionar Propriedades e Boot Mestre.
- (E) Clicar Programas Padrão e, em seguida, Dual Boot.

QUESTÃO 30

	A	B
1	Infrações por avanço de sinal vermelho	
2	2008	2009
3	146.763	?

No ano de 2009, o número de infrações de trânsito por avanço de sinal em Brasília aumentou 47% em relação ao ano anterior. Em 2008, 146.763 condutores de Brasília avançaram o sinal vermelho. Com base na figura, assinale a alternativa que apresenta a fórmula do Microsoft Office Excel 2007, versão em português, inserida em B3, que calcula corretamente o valor total de infrações desse tipo em 2009.

- (A) =A3*1,47
- (B) =B3*1,47
- (C) =A3*0,47
- (D) =B3*0,47
- (E) =A3+A3*1,47

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Acerca da Lei n.º 5.553/1968, no que se refere à apresentação e ao uso de documento pessoal, assinale a alternativa correta.

- (A) A nenhuma pessoa física, assim como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou privado, é lícito reter algum documento de identificação pessoal, exceto se apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, incluindo comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.
- (B) Somente por ordem judicial ou do Ministério Público poderá ser retirado documento de identificação pessoal, exigido em determinado ato, fora do prazo estabelecido para devolução.
- (C) Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa responsável pela exigência fará extrair, no prazo de até cinco dias, os dados que interessarem, devolvendo, em seguida, o documento ao seu exibidor.
- (D) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento ao interessado até sua saída do local.
- (E) Constitui crime, punível com pena de prisão simples de um a três meses ou com multa, a retenção de qualquer documento a que se refere essa lei.

QUESTÃO 32

Três pessoas em atitude suspeita, próximas a uma joalheria, foram abordadas por policiais federais ao adentrarem em um automóvel. Os policiais fizeram revista e, embora não tenham encontrado nenhuma arma, produto de crime ou irregularidades com o automóvel, colocaram as três no cubículo da viatura e permaneceram com elas por dois dias. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta dos policiais constitui abuso de autoridade na modalidade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- (B) A conduta dos policiais é típica da prisão temporária.
- (C) A conduta dos policiais é adequada para a prisão preventiva, de acordo com a nova legislação acerca do tema.
- (D) A conduta dos policiais constitui abuso de autoridade na modalidade atentado à liberdade de locomoção.
- (E) A conduta dos policiais constitui abuso de autoridade na modalidade atentado ao direito de reunião.

QUESTÃO 33

Em relação ao abuso de autoridade, a sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em

- (A) perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.
- (B) pagamento de uma indenização.
- (C) repreensão.
- (D) detenção por período de dez dias a seis meses.
- (E) aposentadoria proporcional.

QUESTÃO 34

No tocante ao abuso de autoridade na modalidade atentado à inviolabilidade de domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) Para configurar o crime, é necessário distinguir a qualidade do morador do domicílio, se proprietário ou locatário, recebendo o morador tratamento diferenciado de acordo com cada uma das condições.
- (B) Configura abuso de autoridade a violação de domicílio por parte de qualquer pessoa, e não apenas por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.
- (C) A casa da prostituta é inviolável, mas a casa de prostituição não goza da proteção da inviolabilidade ao domicílio.
- (D) Para as autoridades policiais e de segurança, não vigora o princípio da inviolabilidade de domicílio, já que combatem o crime independentemente de flagrância.
- (E) Não há que se observar a inviolabilidade de domicílio para caracterizar o abuso de autoridade quando se tratar de aposento ocupado em habitação coletiva, pois este não está englobado no termo **casa**.

QUESTÃO 35

Constitui abuso de autoridade

- (A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual.
- (B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento, mesmo que autorizado em lei, pois essa atitude é incompatível com o Estado de Direito.
- (C) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, ainda que não prevista em lei.
- (D) lesar a honra ou o patrimônio de pessoa natural ou jurídica, mesmo quando esse ato for praticado sem abuso ou desvio de poder.
- (E) recusar o carcereiro ou o agente de autoridade policial recibo de importância adquirida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.

QUESTÃO 36

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), compete às juntas administrativas de recursos de infrações

- (A) estabelecer as normas regulamentares referidas no CTB e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito.
- (B) responder às consultas que lhe forem formuladas relativas à aplicação da legislação de trânsito.
- (C) estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações cometidas em unidade da Federação diferente daquela do licenciamento do veículo.
- (D) encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações a respeito de problemas observados nas autuações e apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.
- (E) aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e os equipamentos de trânsito.

QUESTÃO 37

A respeito da convivência familiar, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- (A) A carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (B) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou por qualquer um deles e seus descendentes.
- (C) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, desde que a origem da filiação não seja de concubinato.
- (D) O reconhecimento de paternidade não pode preceder o nascimento do filho, mas pode suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.
- (E) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente ou por decisão ministerial, em procedimento contraditório ou de jurisdição voluntária.

QUESTÃO 38

Em relação à colocação em família substituta, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- (A) A criança ou o adolescente será sempre previamente ouvido(a) por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão acerca das implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- (B) Tratando-se de maior de doze anos de idade, será necessário seu consentimento, prestado por escritura pública, sem necessidade de ser colhido em audiência.
- (C) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, o tratamento deverá ser o mesmo de outras crianças, tendo em vista o direito fundamental da isonomia.
- (D) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, admissível nas modalidades de guarda e de adoção.
- (E) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou do adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

QUESTÃO 39

Em relação à guarda e à tutela, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- (A) A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- (B) A tutela poderá ser deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até vinte e um anos de idade incompletos.
- (C) A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- (D) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou da suspensão do poder familiar e não implica, necessariamente, o dever de guarda.
- (E) A inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento familiar não terá precedência sobre seu acolhimento institucional.

QUESTÃO 40

Em relação à autorização para a criança viajar, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- (A) Será exigida autorização judicial quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- (B) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- (C) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável.
- (D) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é dispensável, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.
- (E) É dispensável a autorização judicial para a criança ou o adolescente nascido em território nacional que estiver de saída do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

QUESTÃO 41

Quanto à medida protetiva de internação, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- (A) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- (B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada ano.
- (C) O período mínimo de internação será de três anos.
- (D) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.
- (E) A desinternação será automática, não precedida de autorização judicial nem de conhecimento do Ministério Público.

QUESTÃO 42

Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou pela entidade executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal. Com base no Código de Trânsito Brasileiro, para esses veículos, exige(m)-se

- (A) inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.
- (B) equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.
- (C) cintos de segurança em número correspondente a 90% da lotação.
- (D) registro como veículo de passageiros e transporte de material escolar.
- (E) registro como veículo de turismo.

QUESTÃO 43

No que diz respeito à habilitação para dirigir veículos em acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) São requisitos não ser penalmente imputável e ter atingido a idade mínima de dezesseis anos.
- (B) Para habilitar-se às categorias D e E, o motorista deve ser maior de 25 anos.
- (C) O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou à execução de trabalho agrícola só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.
- (D) É requisito saber ler, mas não há exigência de saber escrever.
- (E) O reconhecimento de habilitação obtida em outro país não está subordinado às condições estabelecidas em convenções ou tratados.

QUESTÃO 44

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, dirigir veículo

- (A) sem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou permissão para dirigir constitui infração gravíssima, sujeita a penalidade de multa (três vezes) e de apreensão do veículo.
- (B) com CNH ou permissão para dirigir cassadas ou com suspensão do direito de dirigir constitui infração gravíssima, sujeita a penalidade de multa (três vezes) e de apreensão do veículo.
- (C) com CNH ou permissão para dirigir de categoria diferente daquela do veículo que esteja conduzindo constitui infração grave, sujeita a penalidade de multa (três vezes) e de apreensão do veículo e medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação.
- (D) com CNH com validade vencida há mais de trinta dias constitui infração gravíssima, sujeita a penalidade de multa (cinco vezes) e medida administrativa de recolhimento da CNH e de apreensão do veículo.
- (E) sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição ou de prótese física ou, ainda, as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir constitui infração grave, sujeita à penalidade de multa e a medida administrativa de apreensão do veículo.

QUESTÃO 45

Tendo em vista as diretrizes a respeito do uso da força e de armas de fogo pelos agentes de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios de necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, devendo desconsiderar a legalidade nesse momento.
- (B) Os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave.
- (C) É legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja armada ou não, mesmo que não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.
- (D) É legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, em qualquer circunstância.
- (E) Os chamados **disparos de advertência** são considerados prática aceitável.

QUESTÃO 46

Acerca das diretrizes do uso da força e das armas de fogo pelos agentes de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os critérios de recrutamento e seleção para os agentes de segurança pública deverão levar em consideração o perfil psicológico necessário para lidar com situações de estresse e uso da força e de arma de fogo.
- (B) Os processos seletivos para ingresso nas instituições de segurança pública e os cursos de formação e especialização dos agentes de segurança pública podem, sempre que possível, incluir conteúdos relativos a direitos humanos.
- (C) As atividades de treinamento não fazem parte do trabalho rotineiro do agente de segurança pública e não deverão ser realizadas em seu horário de folga, de maneira a serem preservados os períodos de descanso, lazer e convivência sociofamiliar.
- (D) A seleção de instrutores para ministrarem aula acerca de qualquer assunto que englobe o uso da força deverá levar em conta análise rigorosa de seu currículo formal e tempo de serviço, áreas de atuação, experiências anteriores em atividades-fim, registros funcionais, formação em direitos humanos e nivelamento em ensino. Em regra, os instrutores poderão não ser submetidos à aferição de conhecimentos teóricos e práticos, mas sua atuação deve ser avaliada.
- (E) O agente de segurança pública poderá portar armas de fogo ou instrumento de menor potencial ofensivo para o qual não esteja devidamente habilitado, e, sempre que um novo tipo de arma ou instrumento de menor potencial ofensivo for introduzido na instituição, poderá ser estabelecido um módulo de treinamento específico com vistas à habilitação do agente.

QUESTÃO 47

Todo agente de segurança pública deverá preencher um relatório individual todas as vezes que disparar arma de fogo e(ou) fizer uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, ocasionando lesões ou mortes. Esse relatório deverá conter

- (A) circunstâncias e, opcionalmente, as justificativas que levaram ao uso da força ou de arma de fogo por parte do agente de segurança pública.
- (B) medidas adotadas antes de efetuar os disparos e(ou) usar instrumentos de menor potencial ofensivo, ou as razões pelas quais elas não puderam ser contempladas.
- (C) tipo de arma e de munição usados, sem necessidade de especificar quantidade de disparos efetuados, distância e pessoa contra a qual foi disparada a arma.
- (D) instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados, sem necessidade de especificar a frequência, a distância e a pessoa contra a qual foi utilizado o instrumento.
- (E) número de mortos atingidos pelos instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados pelo agente de segurança pública, sendo desnecessário relatar a existência de feridos.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta.

- (A) Arma de menor potencial ofensivo é todo dispositivo ou produto, de uso individual ou coletivo, destinado à redução de riscos à integridade física ou à vida dos agentes de segurança pública.
- (B) Nível do uso da força significa observação do emprego da força pelos agentes de segurança pública, que deve, sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir seu emprego.
- (C) Instrumentos de menor potencial ofensivo é o conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas.
- (D) O princípio da moderação determina que a força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância que os objetivos legais pretendidos.
- (E) O princípio da necessidade consiste em os agentes de segurança pública poderem utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.

QUESTÃO 49

Acerca do relatório de registro e classificação do dano em automóveis, camionetas, caminhonetes e utilitários, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação do dano na categoria **pequena monta** dar-se-á quando a soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas **SIM** e **NA** não ultrapassar 25 pontos.
- (B) A classificação do dano na categoria **média monta** dar-se-á quando a soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas **SIM** e **NA** for de 26 a 35 pontos.
- (C) A classificação do dano na categoria **grande monta** dar-se-á quando a soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas **SIM** e **NA** for superior a 30 pontos, o que implica, também, a classificação do veículo como irrecuperável.
- (D) Quando se verificar fisicamente que um componente do veículo foi danificado no acidente, deve ser assinalada a coluna **NÃO** ao lado do respectivo item no relatório.
- (E) Quando um componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, deve ser assinalada a coluna **SIM** ao lado do respectivo item no relatório.

QUESTÃO 50

O auto de infração será lavrado pela autoridade de trânsito ou por seu agente

- (A) por registro em talão eletrônico isolado ou acoplado a equipamento de detecção de infração regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), atendido, exclusivamente, o procedimento definido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.
- (B) somente por registro em sistema eletrônico de processamento de dados, quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.
- (C) por anotação em documento, seja ele próprio ou não, desde que cumpra a finalidade da autuação.
- (D) e valerá como notificação da autuação quando for assinado pelo condutor e uma testemunha e o condutor for o proprietário do veículo.
- (E) com a identificação, sempre que possível, do condutor no momento da lavratura do auto de infração.

QUESTÃO 51

Quanto à notificação da autuação, assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação da autuação somente será feita por meio de edital.
- (B) O edital da notificação da autuação deverá conter, no mínimo, cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação, instruções e prazo para interposição de defesa e lista com a placa do veículo, número do auto de infração, data da infração e código da infração com desdobramento.
- (C) O edital da notificação da penalidade de advertência por escrito deverá conter, no mínimo, cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação, instruções e prazo para interposição de recurso e lista com a placa do veículo, número do auto de infração, data da infração e código da infração com desdobramento.
- (D) O edital da notificação da penalidade de multa deverá conter, no mínimo, cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação, instruções e prazo para interposição de recurso e pagamento e lista com a placa do veículo, número do auto de infração, data da infração e código da infração com desdobramento.
- (E) É proibido ao órgão autuador disponibilizar as informações das publicações em seu sítio na Internet.

QUESTÃO 52

Considerando o disposto na Resolução n.º 292/2008 do CONTRAN, assinale a alternativa correta.

- (A) As modificações em veículos não necessitam ser precedidas de autorização da autoridade responsável pelo registro e licenciamento.
- (B) Quando houver modificação, poder-se-á realizar inspeção de segurança em veículo, para emissão do Certificado de Segurança Veicular (CSV), conforme regulamentação específica do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), expedido por instituição técnica licenciada pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), no momento da transferência do veículo.
- (C) É permitida a modificação da estrutura original de fábrica dos veículos para aumentar a capacidade de carga, visando ao uso do combustível *diesel*, desde que não implique aumento de emissão de poluentes.
- (D) Na troca do sistema de suspensão de veículos, não será permitida a utilização de sistemas de suspensão com regulagem de altura.
- (E) É permitido, para fins automotivos, inclusive para ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos, o uso do gás natural veicular (GNV) como combustível.

QUESTÃO 53

A respeito da Resolução n.º 254/2007 do CONTRAN, assinale a alternativa correta.

- (A) A transmissão luminosa não poderá ser inferior a 75% para os vidros incolores dos para-brisas e a 70% para os para-brisas coloridos e demais vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo.
- (B) Nos vidros que não interferem nas áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, a transparência não poderá ser inferior a 15%.
- (C) A marca do instalador e o índice de transmissão luminosa existentes em cada conjunto vidro-película localizadas nas áreas indispensáveis à dirigibilidade poderão ser gravados indelevelmente na película por meio de chancela, podendo ser visíveis pelos lados externos dos vidros.
- (D) É permitida a aplicação de películas refletivas nas áreas envidraçadas do veículo.
- (E) Fora das áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, a aplicação de inscrições, pictogramas ou painéis decorativos de qualquer espécie não será permitida, mesmo que o veículo possua espelhos retrovisores externos direito e esquerdo.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa correta de acordo com a Resolução n.º 292/2008 do CONTRAN.

- (A) É permitida a utilização de rodas/pneus que ultrapassem os limites externos dos para-lamas do veículo.
- (B) É possível a substituição do chassi ou do monobloco de veículo, nos casos de modificação, furto/roubo ou sinistro de veículos, com exceção de sinistros em motocicletas e assemelhados.
- (C) São passíveis de alteração as características originais das molas do veículo, como inclusão, exclusão ou modificação de dispositivos da suspensão.
- (D) São consideradas alterações de cor aquelas realizadas por meio de pintura ou adesivamento em área superior a 30% do veículo, excluídas as áreas envidraçadas.
- (E) É proibido o aumento ou a diminuição do diâmetro externo do conjunto pneu/roda.

QUESTÃO 55

Com base na Resolução n.º 277/2008 do CONTRAN, assinale a alternativa correta.

- (A) Berço portátil porta-bebê, cadeirinha auxiliar ou uma proteção antichoque devem ser fixados ao veículo, mediante a utilização dos cintos de segurança ou outro equipamento apropriado instalado pelo fabricante do veículo com tal finalidade, e são projetados para reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança com idade até nove anos e meio.
- (B) As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi), aos veículos escolares e aos demais veículos com peso bruto total superior a 3,5 t.
- (C) Na hipótese de a quantidade de crianças com idade inferior a nove anos exceder a capacidade de lotação do banco traseiro, será admitido o transporte daquela de maior estatura no banco dianteiro, com o cinto de segurança do veículo ou dispositivo de retenção adequado ao peso e à altura dela.
- (D) Excepcionalmente, nos veículos dotados exclusivamente de banco dianteiro, o transporte de crianças com até nove anos de idade poderá ser realizado nesse banco, sempre com o dispositivo de retenção adequado ao peso e à altura da criança.
- (E) Nos veículos equipados com dispositivo suplementar de retenção (*airbag*) para o passageiro do banco dianteiro, é vedado o transporte de crianças com até dez anos de idade em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa correta acerca da Resolução n.º 248/2007 do CONTRAN.

- (A) Deverá constar da notificação de autuação, além das informações constantes do auto de infração, a data de sua emissão e a data do término do prazo para a apresentação da sua defesa, que não poderá ser inferior a sete dias.
- (B) Cabe à autoridade judicial apreciar defesa da autuação.
- (C) Acolhida a defesa da autuação, o auto de infração será cancelado, mas seu registro será mantido, devendo a autoridade de trânsito comunicar o fato ao interessado.
- (D) Não acolhida a defesa da autuação ou não havendo interposição dela no prazo determinado, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade, expedindo a notificação de penalidade, da qual deverá constar, além dos dados da notificação da autuação, a data de sua emissão; o valor da multa integral e com 20% de desconto, em moeda nacional; a data do término do prazo, não inferior a trinta dias, para a apresentação de recurso e pagamento com desconto de 20%; e o campo para autenticação eletrônica a ser regulamentado pelo órgão máximo executivo da União.
- (E) Da imposição da penalidade caberá recurso em 1.ª, 2.ª e 3.ª instâncias, na forma do CTB.

QUESTÃO 57

Considerando a Resolução n.º 227/2007 do CONTRAN, assinale a alternativa correta.

- (A) O dispositivo luminoso é projetado para iluminar a via ou emitir um sinal luminoso para os outros usuários da via. Dispositivos de iluminação da placa de licença traseira e retrorrefletores não devem ser entendidos também como dispositivos luminosos.
- (B) O farol de luz alta é adicional, de fecho de luz concentrado e de alta intensidade, destinado a auxiliar a iluminação, à distância, à frente do veículo.
- (C) O farol de longo alcance é utilizado para iluminar a via a uma longa distância à frente do veículo.
- (D) A lanterna indicadora de direção é usada para indicar a outros usuários da via que o motorista tem a intenção de mudar a direção do veículo para a direita ou para a esquerda.
- (E) A lanterna de posição dianteira é a que serve para indicar a presença e a largura do veículo, quando visto pela traseira.

QUESTÃO 58

De acordo com a Resolução n.º 206/2006 do CONTRAN, a confirmação de que o condutor encontra-se dirigindo sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica será obtida

- (A) somente por teste de alcoolemia com a concentração de álcool igual ou superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue, atestado por bioquímico.
- (B) somente por teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro) que resulte na concentração de álcool igual ou superior a 0,3 mg por litro de ar expelido dos pulmões, atestado por médico.
- (C) somente por exame clínico com laudo conclusivo e firmado por dois médicos examinadores da polícia judiciária.
- (D) somente por exames realizados por laboratórios especializados, indicados pela autoridade judiciária, em caso de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.
- (E) obrigatoriamente pela realização do exame de alcoolemia quando houver vítimas fatais de acidentes de trânsito.

QUESTÃO 59

Para circular em vias públicas, os ciclomotores deverão estar dotados de equipamentos obrigatórios, a serem constatados pela fiscalização, em condições de funcionamento. Assinale a alternativa que apresenta um desses equipamentos.

- (A) lanterna de freio, de cor vermelha
- (B) iluminação da placa traseira
- (C) indicadores luminosos (dianteiro e traseiro) de mudança de direção
- (D) lanterna de marcha a ré, de cor branca
- (E) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor

QUESTÃO 60

Em acordo com a Resolução n.º 14/1998 do CONTRAN, os veículos automotores produzidos a partir de 1.º de janeiro de 1999 deverão ser dotados obrigatoriamente de

- (A) espelhos retrovisores externos, em ambos os lados.
- (B) registrador instantâneo e alterável de velocidade e de tempo, para os veículos de carga, com peso bruto total superior a 4.536 kg.
- (C) encosto de cabeça, em todos os assentos dos automóveis, sem exceção.
- (D) cinto de segurança graduável e de três pontos em todos os assentos dos automóveis.
- (E) cinto subabdominal para os passageiros, excetuando-se ônibus e micro-ônibus fabricados a partir de fevereiro de 2006.

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO

- O texto tem o objetivo de avaliar conteúdos relacionados aos conhecimentos gerais, capacidade de expressão na modalidade escrita e uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- O uso de título será considerado como identificação do candidato; acarretando, assim, a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

TEMA



Quase metade das vítimas de trânsito no Distrito Federal morre no auge da juventude e da vida adulta. Com parte delas, são enterrados também casamentos recentes, direito das crianças de conviver com seus pais e carreiras promissoras. Essa perda inesperada subverte a ordem natural da vida e faz pais enterrarem seus filhos.

Pesquisa do Ministério da Saúde confirmou uma tendência observada nos últimos três anos em todo o país. “Os dados chamam a atenção porque, no passado, o homicídio era a primeira causa de morte na faixa etária de 15 a 19 anos, e, agora, são os acidentes de trânsito”, explica a coordenadora da área técnica de prevenção de violências e acidentes do Ministério da Saúde, Marta Silva.

O governo federal assumiu, por meio do Ministério das Cidades e do Ministério da Saúde, o pacto nacional pela redução das mortes no trânsito em até 50%, até 2020.

Adriana Bernardes. Internet: <www.correiobraziliense.com.br> (com adaptações). Acesso em 21/1/2012.

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um **texto dissertativo** acerca do seguinte tema: **Trânsito no Distrito Federal (DF): realidade e desafios**. No texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- (a) situação atual do trânsito no DF;
- (b) causas e consequências dos problemas de trânsito no DF;
- (c) propostas de planos para o enfrentamento dos problemas atuais e futuros do trânsito no DF.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO